

# Julgamento da descriminalização do aborto de anencéfalos: análise discursiva dos portais de *Veja* e *CartaCapital*

## The trial about the decriminalization of anencephaly abortion: Discursive analysis of *Veja* and *CartaCapital* websites

Caroline França<sup>1</sup>  
Reges Schwaab<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa problematiza a maneira pela qual as linhas editoriais das revistas *Veja* e *CartaCapital* conduziram a cobertura realizada durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a descriminalização do aborto em casos de anencefalia. O objetivo foi o de analisar como o discurso jornalístico expôs o posicionamento dessas revistas em relação ao tema. Foram analisadas as versões on-line das publicações, levando em consideração a dinâmica de cobertura, que, apesar de conter traços da produção em revista, assume características particulares da plataforma digital. Os textos jornalísticos foram compreendidos em sua discursividade, isto é, em como eles produzem efeitos de sentido, trabalhando a partir do dispositivo-teórico da Análise do Discurso (AD). As linhas editoriais guiam o processo discursivo das publicações. *Veja*, que buscou um efeito de neutralidade, objetividade e apagamento do jornalista como intermediário, se posicionou de forma contraditória: reconhecendo o avanço da escolha da mulher – somente nesses casos –, mas deslegitimando a decisão do STF. Já *CartaCapital* procurou construir a imagem de questionadora e analítica, demonstrando-se a favor da conquista de direitos reprodutivos da mulher.

**Palavras-chave:** jornalismo de revista, análise do discurso, aborto.

### ABSTRACT

This research discusses the way in which the editorial lines of the magazines *Veja* and *CartaCapital* have defined the coverage held during the trial of the Supremo Tribunal Federal (STF) about the decriminalization of abortion in cases of anencephaly. The goal was to analyze how journalistic discourse exposed the positioning on the topic. The *on-line* versions of the publications were analyzed, taking into consideration the coverage dynamics, which, although containing traces of a magazine production, still takes on the digital platform environment features. The journalistic texts were comprehended in their discursivity, in other words, how they develop and produce effects of meaning, working from the theoretical-device of Discourse Analysis. The editorial lines guide the discursive process of publications. *Veja*, which sought a neutral effect, objectivity and erasing journalist as an intermediary, has positioned itself in a contradictory way: recognizing the advance of the woman's choice – only in such cases – but delegitimizing the STF decision. *CartaCapital* already sought to build the image of questioning and analytical, demonstrating in favor of the achievement of women's reproductive rights.

**Keywords:** magazine journalist, discourse analysis, abortion.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto. Rua do Catete, 166, 35420-000, Mariana, MG, Brasil. E-mail: carolinef\_@outlook.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen. Linha Sete de Setembro, s/n, BR 386, km 40, 98400-000, Frederico Westphalen, RS, Brasil. Orientador do trabalho. E-mail: reges.ts@gmail.com

## Introdução

O aborto é um tema que afeta profundamente as sociedades em suas crenças, valores e princípios. A legalização da prática no Brasil vem sendo defendida por movimentos feministas há mais de 40 anos, e os poucos avanços e a necessidade de políticas públicas mais efetivas geram, até hoje, debates e contra-ataques de grupos conservadores. Realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, o julgamento que descriminalizou o aborto em casos de anencefalia no país provocou repercussões não só na mídia e nas redes sociais, mas também em vários setores da sociedade, mobilizando grupos contrários e favoráveis ao direito reprodutivo das mulheres.

A decisão foi comemorada e levantou novas discussões sobre a legalização do aborto em qualquer situação. Por isso, é importante ampliar o debate em torno do papel do jornalismo tanto na cobertura quanto na análise de um tema que deve ser abordado de forma coerente, levando em consideração não só o direito reprodutivo das mulheres, mas também o número de mortes maternas em decorrência de abortos clandestinos. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada dois dias, uma mulher brasileira morre vítima do aborto ilegal – e inseguro –, o que demonstra que a questão é, ainda, de saúde pública. Em 56 países, o aborto é permitido em qualquer circunstância, como na Suécia e na Inglaterra. Na América Latina, Uruguai e Cuba são os únicos países nos quais o procedimento é feito sem nenhuma restrição. Isso mostra que a lei sobre o aborto no Brasil é uma das mais restritivas.

Segundo Scavone (2008, p. 676), a história dos debates e das ações políticas feministas em prol do aborto no Brasil “foi marcada por avanços, recuos e, sobretudo, por inúmeras negociações políticas”. A discussão da legalização do aborto no país pelo movimento feminista ganhou força em 1970, fundamentada no princípio do direito individual. No entanto, o debate foi ofuscado para assegurar lideranças políticas com setores da esquerda e da Igreja Católica progressista na luta contra a Ditadura Militar (Scavone, 2008). Nos anos de 1980, o debate se centrava em dois argumentos: os direitos individuais e os sociais, sendo que este tratava o procedimento como uma questão de saúde e classe social.

Já o movimento feminista dos anos de 1990 passou a considerar o grande número de abortos clandestinos, chamado de aborto inseguro, e a alta

mortalidade de mulheres como um problema de saúde pública. A partir daí, o movimento ganhou a adesão de profissionais de saúde, juristas e parlamentares. Segundo Scavone, foi nesse período que houve o maior número de projetos de lei relacionados ao aborto no Congresso Nacional, com posições favoráveis, desfavoráveis e intermediárias.

Por fim, o feminismo contemporâneo se fundamenta no

*princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo, baseado nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, expresso na máxima feminista ‘nosso corpo nos pertence’, que se difundiu internacionalmente a partir dos países centrais e marcou as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto. A apropriação do corpo também significava para as mulheres a possibilidade da livre escolha da maternidade (Scavone, 2008, p. 677).*

A legislação penal brasileira tipifica o aborto como crime – com penalidades para a mulher e para o médico que o praticam –, pois a vida do ser humano em desenvolvimento é considerada um bem jurídico tutelado. Conforme o artigo 128 do Código Penal de 1940, o aborto pode ser realizado em duas situações: quando há risco de vida da gestante e em casos de gravidez resultante de estupro. A interrupção da gravidez de fetos anencéfalos só podia ser realizada mediante autorização judicial. Para que o ato não fosse caracterizado como aborto e, portanto, como crime, havia a necessidade de analisar se, nesse caso específico, seria possível falar em proteção à vida do feto, visto que a vida extrauterina do nascituro é inviabilizada por essa condição (Borges, 2012).

A anencefalia é um distúrbio de fechamento do tubo neural, o que impede o desenvolvimento dos hemisférios cerebrais e do córtex. As funções superiores do sistema nervoso central – responsável pela consciência, cognição, vida relacional, comunicação, afetividade e emotividade – são inexistentes. O diagnóstico pode ser feito durante as primeiras semanas, e não existe tratamento ou cura. Os fetos não resistem à gestação ou sobrevivem minutos ou horas fora do útero. O Brasil é o quarto país do mundo em número de partos de fetos com anencefalia (Diniz e Vélez, 2008).

Nesse contexto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), sob a assessoria da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, propôs a Arguição de Descumprimentos de Preceito Fun-

damental<sup>3</sup> n° 54 em 2004. A ação (STF, 2013) defendia que a interrupção da gestação, nesses casos, não deveria ser tipificada como crime, e sim como um procedimento médico amparado em princípios constitucionais (Diniz e Vélez, 2008). O processo se estendeu durante oito anos, e o julgamento só foi retomado nos dias 11 e 12 de abril de 2012. Por oito votos a dois, o STF decidiu pela autorização da antecipação terapêutica do parto – termo utilizado pelos ministros. As gestantes, portanto, não precisam mais de autorização judicial para interromper a gravidez, sendo que a prática, a partir da decisão, não é tipificada como aborto ilegal.

As matérias publicadas pelos portais das revistas *Veja* e *CartaCapital* durante o julgamento constituem o material de análise desta pesquisa, que problematiza o modo pelo qual as linhas editoriais desses veículos interferiram na cobertura da audiência do STF. Foi observado como o discurso jornalístico expôs o posicionamento das revistas sobre o tema.

Estudos referentes ao jornalismo *on-line* auxiliam na compreensão das transformações provocadas pela tecnologia. Embora a linguagem utilizada na internet tende a se diferenciar da usada em meios impressos, o texto analítico e interpretativo, próprios das revistas, não se perde, assim como a fidelidade à linha editorial das empresas, que refletem valores, ideologias e questões de cunho institucional. A política editorial, além de orientar a seleção de informações a serem divulgadas, mostrando, assim, a visão de mundo das publicações, permeia o discurso da publicação. Ela diz respeito, também, a uma imagem que o veículo tem de si e quer fazer chegar ao leitor.

Os conceitos da Análise do Discurso (AD) são aplicados na medida em que auxiliam a tencionar o modo pelo qual os textos produzem efeitos de sentido. O discurso jornalístico é constituído dentro de condições de produção específicas e se legitima na relação estabelecida com o público. Quanto ao caráter institucional, a concepção do *ethos* discursivo afeta a forma como as linhas editoriais de *Veja* e *CartaCapital* constroem – e firmam – a imagem de si e de que maneira isso influencia a produção de conteúdo.

Em uma visada discursiva, primeiramente, foi realizado um mapeamento das fontes utilizadas em cada matéria publicada pelas revistas em seus portais. Em seguida, foi feita a de-superficialização do conteúdo

e a construção do *corpus* discursivo, por meio da seleção de sequências discursivas (SDs), isto é, trechos que possuem relações de sentidos. A formulação do *ethos* dos veículos foi abordada por meio do conceito de cenas de enunciação, que são responsáveis pelo efeito de efetividade dos enunciados.

## Jornalismo em revista

As revistas surgiram tendo em vista não a transmissão de notícias, mas a produção de reflexões, análises e entretenimento. Tavares e Schwaab (2013) traçam as quatro gerações das publicações impressas brasileiras: a primeira refere-se ao início do século XX e está associada às revistas ilustradas; a segunda compreende o período entre 1930 e 1945, no qual predominavam títulos com perfil político e de interesse geral; a terceira, entre 1945 e 1960, é marcada por revistas de cultura, fotomagazines e fotonovelas; e a quarta, que ocorre durante a década de 1970, é compreendida por revistas semanais de informação que passam a investir não só em reportagens, mas também em fotografia. É também nessa época que surgem títulos mais específicos e a segmentação do mercado começa a crescer.

O conceito de segmentação, portanto, é recente. De acordo com Buitoni (2013), a especialização e a segmentação possuem pontos em comum e também divergentes. A especialização busca aprofundamento temático e não estabelece relação com um público definido. Já a segmentação<sup>4</sup> recorta o seu público, e a temática não é o elemento principal, o que permite a abrangência de vários assuntos. As revistas semanais de informação, apesar de não terem o tema como segmento, possuem um público com perfil definido, que compartilha de afinidades política, ideológica, econômica e cultural (Santos, 2009).

As condições de produção das revistas as diferenciam dos demais meios impressos. A primeira diferença diz respeito a sua temporalidade, que interfere diretamente na rotina de trabalho do jornalista. De acordo com Tavares e Schwaab (2013, p. 34), as revistas – sejam elas semanais, quinzenais, mensais ou anuais – possuem uma extensão

<sup>3</sup> Tipo de ação, ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

<sup>4</sup> Para Scalzo (2009), os tipos mais comuns de segmentação são: gênero (masculino e feminino), faixa etária (crianças, adolescentes e adultos), geográfica (cidade e região) e tema (cinema, esporte, etc.).

de tempo que “marca e impele ao jornalista um outro tipo de fazer, o que diz, com certeza, da existência de posturas e olhares diferentes sobre a realidade e sobre o referente nela observado”.

A segunda refere-se ao texto jornalístico. Enquanto os textos dos jornais seguem uma hierarquia de importância e atualidade (Vilas Boas, 1996), as revistas objetivam o aprofundamento, a interpretação e a análise de temas que podem ser atuais ou não, partindo do princípio de que atual significa contemporâneo, e não novo (Benetti, 2013). Para Vilas Boas (1996), as revistas semanais preenchem “vazios informativos” deixados pelas coberturas de jornais, rádios e televisão. Os textos, apesar de seguirem os padrões jornalísticos, adquirem características estilísticas e estéticas próprias, que envolvem a criatividade e a forma sedutora com que a informação é repassada.

A terceira diferença está no vínculo entre o veículo e público. O leitor, muitas vezes, vê a revista como um artigo que pode ser colecionado, devido não só à estética, mas também ao seu tamanho e facilidade de armazenamento. Além disso, a segmentação torna as publicações um tanto quanto personalizadas, ou seja, elas são produzidas seguindo uma lógica de interesses por parte do leitor e com uma linguagem específica.

Ideologia, valores e questões de cunho mercadológico e institucional permeiam o fazer jornalístico na medida em que norteiam o trabalho do jornalista. A missão de um veículo diz respeito à estrutura e ao posicionamento perante o leitor e o mercado. Segundo Scalzo (2009), a missão, os objetivos e a fórmula editorial de uma revista são definidos pelo plano editorial, que, por sua vez, condiciona o que será apurado e como será abordado.

As escolhas dos temas que serão publicados em uma edição de um jornal ou revista é a forma encontrada pelas empresas jornalísticas para exporem suas ideologias. Essa questão nos remete ao que Venâncio (2009 *in* Tavares, 2013) afirma sobre a linha editorial não ser um valor-notícia de seleção – que determina os fatos a serem abordados –, e sim um valor-notícia de construção – que indica a forma de realizar a pauta. Esse processo de seleção contribui para a expressão das ideias de um veículo, pois os filtros ideológicos passam por todas as etapas da produção da notícia, desde a seleção da pauta e seu enfoque até a escolha das fontes e a edição do produto.

A subjetividade do jornalista indica que objetividade e imparcialidade são difíceis de alcançar, visto que é ela quem determina como as informações serão selecionadas e dispostas na narrativa. O jornalismo em revista abre margem para o debate de ideias, devido às suas características

de linguagem, sendo que a opinião também é parte desse processo. Aqui, é considerado que até mesmo os textos ditos objetivos e imparciais carregam traços ideológicos, culturais e sócio-históricos.

Um veículo, ao firmar-se neutro, nega sua própria subjetividade, pois a linha editorial reflete ideologias e valores e interfere, também, na elaboração do conteúdo. *Veja*, ao afirmar que se compromete com a verdade, a liberdade e a objetividade, e *CartaCapital*, ao dizer que oferece uma visão crítica dos acontecimentos, propõem uma imagem de como é (ou deveria ser) o seu jornalismo. Além de apresentarem diferenças explícitas em suas linhas editoriais, são veículos polarizados, isto é, suas visões de mundo se contrapõem.

*Veja* é vista como uma publicação conservadora, enquanto *CartaCapital* é considerada esquerdista. Aqui, não é necessário definir qual é o posicionamento ideológico de cada uma, e sim analisar a maneira pela qual ideologias e valores se materializam via linguagem. O relacionamento com o leitor também é considerado, pois, a partir do momento em que ele consome determinado veículo, espera que suas expectativas sejam atendidas, iniciando um processo de identificação e de compartilhamento de interesses.

Foi dada preferência aos portais pelo fato de que a plataforma *on-line* possui características específicas que conduzem a uma nova narração jornalística e fortalecem a interatividade entre público e veículo. Com o advento da internet, o fazer jornalístico passou por alterações profundas e teve que se adequar às novas necessidades da comunidade digital, explorando diferentes formas de transmissão de conteúdo.

Palacios (2003) cita cinco características do jornalismo desenvolvido para a web: multimídia, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória e atualização contínua. Esses elementos podem ser utilizados de maneiras variadas por um mesmo veículo. Os portais de *Veja* e *CartaCapital* usam todos os recursos, exceto a personalização.

A multimídia pode ser percebida em galerias de fotos junto aos textos, além do espaço dedicado a vídeos em ambos os sites. A hipertextualidade também é fator comum, visto que as matérias possuem *links* que direcionam o leitor a outros textos, geralmente relacionados ao mesmo tema. A memória pode ser notada nos campos de busca e, no caso de *Veja*, no acesso às edições digitalizadas da revista impressa, oferecendo uma nova experiência para obtenção de conteúdo antigo. A interatividade fica a cargo do espaço reservado aos comentários de leitores e

às opções de compartilhamento do conteúdo pelas redes sociais, gerando, assim, novos comentários e discussões para além do espaço jornalístico.

A atualização contínua é essencial para a produção e sucesso de um meio *on-line*. *Vêja* foi imediata na cobertura realizada durante o julgamento. A cada voto, era publicada uma nota com trechos do discurso apresentado pelos ministros, dando ao leitor a sensação de acompanhar o processo em tempo real. Já *CartaCapital* optou por resumir todo o acontecimento em uma única matéria, que, mesmo sendo atualizada a cada instante, perdeu seu caráter instantâneo.

Conforme Camara *et al.* (2009), a atualização da versão web de uma revista está vinculada à publicação impressa. De acordo com os autores, a adaptação de um produto impresso para o meio digital não depende somente em ser fiel às características do meio originário. Os produtos jornalísticos, quando se apoderam das novas tecnologias, conseguem ser funcionais sem perder sua identidade. Segundo os autores, os portais geralmente seguem os manuais de redação das empresas às quais estão vinculados.

Revistas e jornais impressos, rádios e TVs mesclaram, na rede, texto, fotografia, áudio ou vídeo, proporcionando novas experiências de leitura. A mudança das técnicas de apuração da informação modificou rotinas de trabalho e estabeleceu uma transmissão mais imediata e dinâmica. O surgimento de veículos próprios para o meio *on-line* mexeu com o cenário midiático e ofereceu alternativas ao usuário, mas sem substituir os suportes tradicionais.

## Análise do discurso

O discurso constitui-se na relação que sujeitos, situados em determinado contexto social e histórico, estabelecem entre si. Ao estudar esse objeto, a AD de linha francesa trabalha elementos que definem o modo como essa relação se dá. Primeiramente, ao relacionar língua e discurso, entende-se que este não se detém somente ao nível linguístico. Pelo contrário, há a necessidade de explorar aspectos exteriores à língua que, aqui, é representada em sua forma concreta, ou seja, por meio da fala e de textos. A exterioridade, portanto, não está refletida no texto, é intrínseca a ele.

O texto ocupa o espaço discursivo estabelecido entre o sujeito e o outro. Os sujeitos e as situações às quais

eles são partícipes compõem as condições de produção do discurso, que, seguindo a noção de Pêcheux (Orlandi, 2006), não é apenas transmissão de informação, mas também efeito de sentido entre os locutores. De acordo com a autora, a linguagem não é vista como meio de comunicação nem como ferramenta utilizada para troca de mensagens. Há, na verdade, “efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas” (Orlandi, 2006, p. 15).

Essas circunstâncias dizem respeito não só ao contexto imediato, mas também aos contextos históricos, sociais e ideológicos. O dizer não é literal em seu sentido, é definido por posições ideológicas que permeiam o contexto sócio-histórico no qual é enunciado (Pêcheux, 1969 *in* Orlandi, 2006). Desenvolve-se, a partir daí, o conceito de formação discursiva (FD), que, na definição de Pêcheux, é aquilo que, em uma posição ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.

Tanto o sujeito quanto o sentido são constituídos no discurso e interpelados pela ideologia. Assim, os sujeitos tornam-se sujeitos de seu discurso através das FDs, que são a representação, na linguagem, das formações ideológicas. O que determina o sentido do que é dito – e sua variação – é sua associação a uma FD. As palavras e expressões não são empregadas em seu sentido próprio, em seu sentido literal. A palavra “aborto” adquire sentidos diferentes quando utilizada por uma feminista ou por um religioso, por exemplo. Para uma feminista, seu sentido pode estar relacionado ao domínio da mulher sobre o próprio corpo ou à liberdade de escolha e seu poder de decisão. Já para um religioso, pode estar relacionado ao atentado à vida.

Uma FD não corresponde a um espaço estrutural fechado, que exclui o que é exterior, como inicialmente foi proposto nos estudos da AD. Ao reformular essa noção, Pêcheux reconhece que toda FD é permeada por outras FDs. Nesse contexto, surge o conceito de interdiscurso, definido como o que determina a FD, visto que é composto por elementos que foram construídos fora dela; são dizeres anteriores que guiam o dizer do agora. O interdiscurso está associado a algo que fala antes, em outro lugar e independentemente do sujeito. A esse conceito está entrelaçada, ainda, a noção de memória discursiva, isto é, o saber discursivo que torna possível todo o dizer (Orlandi, 2012).

Os conceitos da AD, quando aplicados ao jornalismo, propõem uma análise de como os textos produzem efeitos de sentido. De acordo com Benetti (2013), o jorna-

lismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que é segmentado por público e por interesse, permite diferentes estilos de texto, estabelece uma relação direta com o leitor, está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais e contribui para formar opinião. A prática jornalística desenvolve condições e rotinas de produção que afetam, diretamente, a situação na qual o discurso é constituído. Assim, o texto jornalístico é movido não só pelo modo de apuração e desenvolvimento, mas também por elementos que interpelam o sujeito que o escreve e pela linha editorial que rege a instituição.

Ribeiro e Fossá (2011) afirmam que, ao produzirem informações por meio de textos, imagens e mensagens, as mídias jornalísticas constroem discursos, visto que as notícias carregam consigo características das condições de produção. Segundo os autores, a circulação de textos re-produz a leitura de mundo, isto é, os discursos dos veículos. Logo, a prática jornalística de construir notícias, assim como as relações com as fontes e o recurso da linguagem objetiva, é considerada uma representação da realidade, construída por meio da relação estabelecida com formações discursivas.

Segundo Benetti e Storch (2011), o jornalismo se constrói no interior de um processo de negociação com o leitor, que o reconhece e o legitima discursivamente, por meio do contrato de comunicação. Esse contrato pode ser visto como uma espécie de acordo entre jornalistas e público, no qual questões sobre o que é jornalismo, como é produzido e os papéis exercidos pelo profissional e pelo leitor ajudam a firmar a imagem e o discurso do campo jornalístico.

O jornalista possui uma imagem de si, de seu papel social, de sua identidade e de seu leitor. Essas imagens são fundamentadas em noções que permeiam o campo jornalístico e no contrato de comunicação. Essas concepções podem ser analisadas não só pelo ponto de vista do sujeito, mas também pelo das instituições. Ao deslocar a noção da imagem de si, é trabalhada a ideia de que os veículos constroem estratégias para firmar seu potencial diante do público. Neste estudo, a imagem de si de *Veja* e de *CartaCapital* é visualizada por meio das linhas editoriais.

O *ethos* relaciona a maneira de dizer à maneira de ser dos sujeitos em determinadas condições e situações. Sua concepção pode ser pensada a partir do que Amossy (2005) diz sobre todo ato de tomar a palavra implicar a construção de uma imagem de si. Ao falar, o sujeito exterioriza saberes

e atribui, a si, uma imagem construída também pelo outro. A retórica antiga relaciona o conceito de *ethos* à arte da persuasão, na qual a imagem de si é capaz de convencer um público. Barthes, ao estudar a *Retórica* de Aristóteles, define o *ethos* como “traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são os *ares* que assume ao se apresentar” (Barthes, 1966 in Maingueneau, 2011).

A representação da imagem de si está relacionada à maneira pela qual determinado veículo mostra como conduz sua prática jornalística. O conceito de *ethos* permite analisar como o jornalista se posiciona e busca eco em sua audiência, visto que, ao enunciar, o sujeito cria uma imagem de seu público. O receptor do enunciado, portanto, pode influenciar a composição do *ethos* do enunciador. Essa imagem do enunciador pode não ser recebida de maneira efetiva pelos receptores, o que Oliveira (2012) chama de “fracasso do *ethos*”, ou seja, o interlocutor não consegue identificar o que o locutor pretende ser por meio do discurso. Assim, o contexto ao qual o discurso está inserido é importante para a veracidade do *ethos*.

A formulação do *ethos* também pode ser utilizada durante a construção de cenas de enunciação. Segundo Maingueneau (2001 in Menezes, 2011), três cenas podem ser observadas em um texto: (i) a cena englobante, caracterizando o tipo do discurso estudado; (ii) a cena genérica, referindo-se ao gênero do discurso; e (iii) a cenografia, que representa a forma escolhida para a construção do discurso, que faz o interlocutor esquecer as cenas englobantes e genérica, tornando o discurso mais eficaz.

A linha editorial reflete o modo pelo qual o veículo age e se posiciona. Conforme Mino Carta,<sup>5</sup> *CartaCapital* tem o objetivo de respeitar a audiência, na exposição da verdade factual e na fiscalização isenta do poder. Busca, também, estimular o espírito crítico dos próprios leitores na elaboração de opiniões independentes. Já para Roberto Civita,<sup>6</sup> *Veja* tem a missão de ser a maior e mais respeitada revista do Brasil e busca consertar, reformular, repensar e reformar o país. Além disso, existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivem. Ambos os editores relatam a imagem que a revista quer transmitir e também a imagem que possuem do leitor. Para esta pesquisa, a análise do *ethos* da instituição importa, pois é nos conteúdos que veicula que ela busca legitimar sua ética e sua missão.

<sup>5</sup> Criador das revistas *Quatro Rodas*, *Veja*, *IstoÉ* e do extinto *Jornal da República*.

<sup>6</sup> Empresário brasileiro, presidente do Conselho de Administração e diretor editorial do Grupo Abril, presidente da Fundação Victor Civita, editor da revista *Veja* e presidente do Conselho de Administração da Abril Educação.

A noção de *ethos*, portanto, quando aplicada ao jornalismo, propõe a construção da imagem atribuída ao sujeito jornalista e também às instituições. O compromisso com a verdade factual, a objetividade, o dever de informar o que é de interesse público, a credibilidade e a fiscalização do poder são algumas das crenças conferidas a esse campo da comunicação e que contribuem para a idealização do *ethos* jornalístico. Aqui, o conceito é proposto para compreender a representação que as publicações fazem de si mesmas e de que maneira isso – junto às noções da AD – afeta a produção dos conteúdos.

## O discurso de *Veja* e de *CartaCapital*

Para esta pesquisa, foi analisada a cobertura feita pelos portais de *Veja* e *CartaCapital* a respeito do julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos dias 11 e 12 de abril de 2012, sobre a interrupção da gravidez em casos de anencefalia. Três espaços de tempo situaram o conteúdo analisado: o primeiro refere-se ao dia anterior ao julgamento; o segundo é marcado por conteúdos publicados ao longo da discussão; e o terceiro corresponde às repercussões do processo.

O material de análise é formado por 25 matérias publicadas nos portais, sendo que 18 pertencem à revista *Veja*. Para coletá-lo, foi utilizado o espaço reservado às pesquisas por palavras-chave, cuja expressão escolhida foi “aborto anencéfalos”. Foram descartadas publicações feitas em parceria com agências de informação – visto que não eram de autoria do próprio veículo – e textos de blogs mantidos pelos portais. Em seguida, foram recortadas SDs, formando, assim, o *corpus* do trabalho, que problematiza a maneira pela qual as políticas editoriais influenciaram no posicionamento de cada publicação sobre o tema.

Foi realizado um mapeamento das fontes utilizadas nas matérias, pois, para este estudo, suas escolhas resultam de processos subjetivos, os quais podem ser vistos como estratégia encontrada pelas revistas para exporem sua opinião. Esse primeiro gesto de análise mostrou como as publicações enquadraram discursivamente os acontecimentos e abordaram o assunto, o que já demonstra a

subjetividade envolvida no fator de seleção. Revelou, ainda, quais os campos de conhecimento que predominaram durante a cobertura do julgamento, além de quais pessoas foram ouvidas pelos jornalistas.

Em *Veja*, o mapeamento dos textos revelou que as fontes predominantes pertenciam a dois campos de atuação: jurídico e científico. A revista entrevistou especialistas em Direito e em Medicina, sendo que um deles rebateu os argumentos dos grupos a favor do aborto de anencéfalos. Portanto, a oposição à prática não foi atribuída somente à religião, que foi abordada por meio da opinião contrária da Igreja Católica. As vozes femininas se resumiram a depoimentos cedidos por mulheres que passaram por gestações de fetos anencéfalos. A maior parte do material corresponde aos principais pontos da leitura dos votos dos ministros. Sobre a decisão, a revista alegou, em um texto de caráter opinativo, intitulado “Aborto de anencéfalos: a causa correta, no lugar errado” (Rossi, 2012), que o STF assumiu o papel de legislador ao aprovar a interrupção da gravidez em casos de anencefalia.

Dos sete textos coletados de *CartaCapital*, um deles refere-se a uma entrevista feita com o deputado Marco Feliciano (PSC). Foram utilizadas fontes ligadas a setores religiosos, mas sob perspectivas diferentes. A primeira refere-se à oposição da Igreja Católica frente ao aborto de anencéfalos. A segunda, na esfera política, coloca deputados evangélicos e católicos em posição de “racha”, dando a entender que a questão gerou controvérsia entre os parlamentares da bancada religiosa. Já a terceira diz respeito ao direito reprodutivo das mulheres. Contudo, a fonte consultada foi a presidente do grupo Católicas pelo Direito de Decidir, Maria José Rosado. Os pontos principais do julgamento também foram retomados e, em um texto de caráter opinativo, intitulado “A decisão do STF sobre anencefalia” (Serrano, 2012), a revista defendeu que o STF não interferiu na legislação.

Ao fazer a de-superficialização do material, foram recortadas 50 SDs de *Veja* e 30 de *CartaCapital*. Em seguida, essas SDs foram classificadas de acordo com as formações discursivas às quais pertenciam<sup>7</sup>. Para compreender o discurso jornalístico, é necessário examinar o contexto de produção de forma ampla, observando o modo pelo qual as diversas formações discursivas – muitas vezes oriundas de outros campos de conhecimento – produzem sentidos. Assim, para nortear a classificação das SDs, foi feita uma

<sup>7</sup> A partir da construção textual, é possível desconstruir aspectos ideológicos do texto. Esse pode ser um caminho para a análise, porém, este estudo está centrado na classificação de trechos dos textos conforme suas FDS, que permeiam o contexto sócio-histórico nas quais são enunciadas.

seleção dos pontos principais das linhas editoriais de *Veja* e *CartaCapital*, visto que é a partir delas que o problema desta pesquisa se desenvolve.

## Veja

Segundo Roberto Civita, a missão de *Veja* é contestar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Criada em 1968, a revista diz defender sua independência e comprometer-se com a liberdade e a verdade. Com circulação semanal superior a um milhão de exemplares, é líder no *ranking* das revistas brasileiras, seguida por *Época* e *IstoÉ*. Além disso, ocupa o segundo lugar em âmbito internacional, ficando atrás da americana *Time*, com circulação acima de três milhões de exemplares. Em sua linha editorial, a revista propõe contextualizar e analisar os fatos; ser independente, isenta, responsável, objetiva e comprometida com a liberdade e a verdade; e, por fim, ter compromisso com a transformação do importante em interessante.

O primeiro quadro (Quadro 1) apresenta os sentidos inseridos dentro da FD de *Veja*, que foi nomeada “defesa moral”. A humanização refere-se ao modo pelo qual a publicação tratou o tema aborto de anencéfalos, recorrendo a termos que se aproximassem emocionalmente do leitor. Isso pode ser percebido no uso das palavras “criança” e “bebê” para se referir ao anencéfalo e também ao abordar o sofrimento tanto da mulher quanto da família.

O texto das reportagens de *Veja*, conforme Benetti (2007), apesar de classificado no gênero informativo, é permeado pela opinião, evidenciando a impossibilidade dessa separação. A opinião é construída, principalmente,

por meio de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem e também pela ironia. A análise mostrou que a revista utiliza com frequência esses recursos, os quais caracterizam o seu estilo de texto. Já a antecipação tem relação com o fato de que a publicação, desde o início, supôs o resultado do julgamento, dando vitória certa à descriminalização da prática. Por fim, a religiosidade foi utilizada não só para expressar o outro lado da questão, mas também para reforçar ou contradizer os argumentos dos votos.

O Quadro 2 foi elaborado levando em conta as marcas de sentido implícitas no modo pelo qual a publicação tratou as questões que cercaram o julgamento, visto que o aborto é um tema que gera um embate cultural e moral.

*Veja*, ao referir-se ao anencéfalo, utiliza a palavra “feto”, mas, na maioria das vezes, a substituiu pelas palavras “bebê” ou “criança”. Essa troca está inserida em duas perspectivas: o “feto” pode ser considerado o organismo que ainda está em desenvolvimento, ao passo em que o “bebê” e a “criança” podem ser considerados um indivíduo. Dessa maneira, a revista tem a intenção de humanizar a prática abortiva em casos de anencefalia, reforçando que a mulher está gerando não “um feto sem cérebro”, mas sim uma pessoa, um indivíduo. O veículo concorda que o sofrimento psicológico da gestante deve ser considerado. Contudo, quando a autonomia reprodutiva entra em pauta, *Veja* acredita que dar a liberdade de escolha à mulher abre margem para a prática do aborto em qualquer situação. Outro ponto é que a revista se refere ao direito de escolha da família, dando a entender que a decisão deve ser tomada não pela gestante, mas sim em conjunto.

Sobre os grupos contrários, a publicação não se fundamentou apenas nos argumentos religiosos, pois estes podem variar conforme a crença, a moral e a subjetividade do sujeito. Ao deslocar a discussão para o campo científico, *Veja* propôs argumentos sólidos e que estivessem ligados à

**Quadro 1.** Sentidos em *Veja*.

**Chart 1.** Meanings of *Veja*.

Sentidos atribuídos	Sequências discursivas exemplares
Humanização	SD01: Os defensores da liberação argumentam que as mulheres não podem ser obrigadas a levar adiante gestações que resultarão, em curto prazo, numa <b>criança morta</b> .
Opinião	SD02: [...] Não precisará, como ocorre hoje, recorrer à Justiça para, numa <b>maratona que pode demorar mais do que os nove meses de gestação</b> , tentar obter uma autorização legal para que ela e o médico não sejam acusados de crime.
Antecipação	SD03: A <b>tendência</b> é que a maioria da corte acompanhe a posição de Marco Aurélio, que é relator do caso.
Religiosidade	SD04: O ministro foi o primeiro a declarar abertamente que levou em consideração a posição da Igreja sobre o assunto, <b>apesar de se posicionar contra a vontade dos religiosos</b> .

**Quadro 2.** Marcas discursivas de *Veja*.

**Chart 2.** Discursive marks of *Veja*.

Marcas discursivas	Sequências discursivas exemplares
Discursivização do anencéfalo	SD05: De qualquer forma, o tema é delicado. Ao contrário do que pode indicar o senso comum, <b>anencéfalos</b> não são fetos sem cérebro: <b>são, em vez disso, bebês</b> que, devido a uma malformação, não possuem partes do encéfalo. Por isso, o diagnóstico nem sempre é exato e, apesar de normalmente o <b>bebê</b> morrer dias depois do parto, há casos de <b>crianças</b> que sobreviveram anos apesar do problema.
Posição da mulher	SD06: É, porém, um avanço permitir que mulheres que estão numa situação dilacerante – quer do ponto de vista emocional, quer do ponto de vista moral – <b>tenham direito de escolha</b> , sempre devidamente assistidas por médicos.
Impressões do julgamento	SD07: <b>Dar a opção à família de interromper a gravidez</b> quando a medicina não vislumbra vida fora do útero é louvável. Mais uma vez, <b>contudo, o STF extrapolou suas atribuições</b> e se pôs no lugar do Legislativo.
Oposição	SD08: <b>Não é apenas a Igreja</b> que se posiciona contra o aborto de anencéfalos. Para o médico Rodolfo Acatauassú Nunes, professor da Universidade do Estado do Rio (UERJ), afirmar que um feto é anencéfalo não exclui que ele tenha, mesmo que minimamente, atividade cerebral.

ideia de exatidão da ciência. A revista considerou, ainda, que o STF interferiu na legislação e assumiu o papel que deveria ser do Congresso.

As ideias que regem a linha editorial de *Veja* contribuem para a formulação de seu *ethos* discursivo, que busca influenciar seu público-leitor a acreditar que o que está sendo dito, além de verdade, é credível. A legitimação de seus discursos se relaciona às cenas de enunciação, que são responsáveis pela efetividade do enunciado. A cena englobante, aqui, é o discurso jornalístico. A cena genérica refere-se ao gênero do discurso, que, no caso, são as notícias e matérias publicadas ao longo do julgamento. A cenografia – forma escolhida para a construção do discurso – durante o julgamento é a de neutralidade, objetividade e apagamento do jornalista como intermediário.

A imagem de *Veja* está relacionada a um jornalismo responsável, independente e objetivo. No entanto, foi observado, durante a análise, que a linguagem dos textos tem um caráter opinativo, se contrapondo à ideia de isenção declarada em sua linha editorial. A revista trata a questão do julgamento do aborto de anencéfalos de forma ampla – com maior diversidade de campos de conhecimento e fontes –, mas contraditória. A religião e a ciência formam a base dos argumentos contrários à prática, e a humanização do anencéfalo reforça a ideia de que o que está sendo discutido é a vida de um indivíduo. Ao mesmo tempo em que *Veja* fala sobre “dignidade humana” e discute o sofrimento da gestante e sua liberdade de escolha, ela repreende a atuação do Supremo, por considerar que ele assumiu o papel de legislador.

## CartaCapital

*CartaCapital* nasceu em 1994, calcada no tripé do bom jornalismo, baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste. Com circulação de 65 mil exemplares, a revista diz ser leitura obrigatória para aqueles que se interessam por informações exclusivas e qualificadas, sempre com uma visão crítica dos acontecimentos que envolvem política, economia e cultura.

O Quadro 3 exhibe os sentidos correspondentes à FD da revista, nomeada de “*embate de ideias*”. Os traços opinativos nos textos, assim como em *Veja*, manifestaram-se por meio do uso de adjetivos. *CartaCapital* definiu o julgamento como um dos mais importantes do ano de 2012 e o considerou polêmico, pois suscitou debates em diversos setores da sociedade. Além disso, a revista procurou contextualizá-lo e analisá-lo, o que remete ao sentido de referenciação. O julgamento foi contextualizado conforme as áreas de debate, e a decisão foi analisada para dar ao leitor um panorama do que ela representou.

O confronto diz respeito ao impasse no qual a revista coloca congressistas evangélicos e católicos e ao posicionamento contrário de setores religiosos. É utilizado, ainda, o depoimento de uma mulher católica e a favor do aborto em casos de anencefalia, se opondo ao posicionamento da Igreja Católica.

**Quadro 3.** Sentidos em *CartaCapital*.

**Chart 3.** Meanings of *CartaCapital*.

Sentidos atribuídos	Sequências discursivas exemplares
Opinião	SD08: [...] o <b>polêmico</b> julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do aborto em casos de anencéfalos (quando o feto tem má formação no cérebro) mobiliza manifestações diversas, pelo País, de setores da sociedade ligados à Igreja Católica.
Referenciação	SD09: Sugerida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, <b>a ação chegou ao STF em 2004 e, desde então, causa polêmica e debates</b> principalmente entre grupos feministas e de cientistas e religiosos.
Confronto	SD10: O projeto, que será julgado na quarta-feira 11, gera mobilização de religiosos e provoca <b>'racha' entre evangélicos e católicos</b> no Congresso.

**Quadro 4.** Marcas discursivas de *CartaCapital*.

**Chart 4.** Discursive marks of *CartaCapital*.

Marcas discursivas	Sequências discursivas exemplares
Discursivização do anencéfalo	SD11: De acordo com uma pesquisa do instituto Datafolha, em 2004, havia 67% de paulistanos favoráveis a interromper a gravidez de <b>bebês</b> com anencefalia.
Posição da mulher	SD12: <b>Era preciso tomar providências para minimizar o sofrimento dessas mulheres</b> que se viam sob a imposição legal de garantir uma gestação sabendo de antemão que aquela jamais seria a concretização de uma vida.
Impressões sobre o julgamento	SD13: <b>Foi um dos mais importantes julgamentos do ano</b> e foi acompanhado por favoráveis, contrários e curiosos.
Oposição	SD14: O aborto em casos de anencefalia é defendido por movimentos feministas e cientistas, sob o argumento de que o bebê não consegue sobreviver após o parto. <b>No entanto, o procedimento é condenado pela Igreja Católica.</b>

O Quadro 4 também foi elaborado conforme as marcas de sentido extraídas dos textos publicados, para verificar como a revista tratou os temas centrais do julgamento.

Assim como *Veja*, *CartaCapital* usou a palavra “bebê” para se referir ao anencéfalo. Apesar do número reduzido de ocorrências, o sentido remete à humanização do aborto em casos de anencefalia, pois atribui ao feto, ainda em desenvolvimento, a marca de um indivíduo. Em relação à mulher, a publicação abordou as condições psíquicas e físicas da gestante. Além disso, fez referências às feministas, mostrando que o debate envolve, diretamente, o movimento e seu histórico de luta. A revista também dedicou espaço aos argumentos apresentados pela presidente do grupo Católicas pelo Direito de Decidir – organização que tem fundamentos feministas e questiona doutrinas da Igreja Católica.

O teor polêmico do julgamento – já que se trata de um tema considerado tabu pela sociedade –, assim como

sua relevância, foi reforçado. *CartaCapital*, em uma única matéria, reuniu os pontos principais dos votos de cada ministro. Em um texto opinativo, o autor considerou que o STF não interferiu na legislação e ressaltou que a decisão consistiu em não enquadrar a interrupção da gravidez em casos de anencefalia como tipo penal. Sobre essa questão, é importante apontar as críticas feitas à abordagem do assunto pela grande imprensa<sup>8</sup> e sua repercussão nas redes sociais. Essa é uma característica da revista, que propõe uma análise crítica não só dos fatos, mas também de como eles são apresentados pela mídia.

A religião, para a revista, é a única instituição contrária ao aborto de anencéfalos. Como exposto anteriormente, o mapeamento de fontes mostrou que o campo religioso é o mais utilizado pela publicação, mas sob aspectos diferentes. Para *CartaCapital*, é importante contextualizar o aborto de anencéfalos sob o ponto de vista religioso, pois a religião, além de ser considerada a

<sup>8</sup> Forma pela qual a revista se refere à imprensa tradicional brasileira.

principal oponente, apresenta argumentos morais e cristãos sobre o início da vida. Ao consultar uma representante de uma organização católica e feminista, o veículo propõe apresentar pontos de vista divergentes no âmbito religioso.

Conforme sua linha editorial, *CartaCapital* preocupa-se em apresentar um jornalismo ligado à verdade factual e ao exercício do espírito crítico, questões que influenciam o seu fazer jornalístico, dizem respeito ao seu *ethos* discursivo e ajudam a firmar sua credibilidade perante o leitor. A cena englobante, novamente, é o discurso jornalístico. A cena genérica ou os gêneros do discurso são as notícias e matérias, além da entrevista realizada com Marco Feliciano. A cenografia – responsável pela legitimação do enunciado – é a de questionamento, análise e desenvolvimento da forma crítica de pensamento.

O exercício do espírito crítico proposto pela revista pode ser compreendido por meio do texto opinativo, cuja análise incita o leitor a questionar o que está sendo dito na “grande imprensa” e também nas redes sociais. O julgamento do aborto de anencéfalos foi tratado seguindo o viés do confronto de ideias, mas somente no âmbito da religião. Apesar de a publicação ter abordado temas políticos e feministas, estes foram trabalhados conforme a questão religiosa. Isso pode ser percebido quando *CartaCapital* aborda as controvérsias nas bancadas evangélica e católica e usa o depoimento da presidente do grupo Católicas pelo Direito de Decidir. Assim, não houve pluralidade não só de campos de conhecimento, mas também de fontes, comprometendo, assim, o desenvolvimento do espírito crítico do leitor.

## Considerações finais

O caráter analítico do conteúdo produzido para revistas permite que os assuntos sejam abordados de forma aprofundada e contextualizada sob diversos pontos de vista. Esta pesquisa problematizou o modo pelo qual as linhas editoriais de *Veja* e *CartaCapital* influenciaram no processo discursivo da cobertura do julgamento da descriminalização do aborto de anencéfalos, discutindo o posicionamento desses veículos sobre o tema. A partir dos conceitos do jornalismo de revista, do jornalismo *on-line* e da AD, foi possível trabalhar o *corpus*, considerando as condições de produção e os efeitos de sentido dos textos.

O levantamento de fontes revelou que a cobertura de *Veja* concentrou-se, principalmente, em três áreas: re-

ligiosa, científica e jurídica. A FD “defesa moral”, somada às marcas de sentido implícitas nas principais questões do julgamento, demonstra que a revista tentou humanizar a prática do aborto de anencéfalos, se aproximando, assim, emocionalmente de seus leitores. Além disso, a publicação usou os campos científico e religioso para não só mostrar o outro lado da questão, mas também reforçar os argumentos contrários à prática. A revista não citou, em momento algum, o envolvimento do movimento feminista no debate, apenas ouviu mulheres que passaram por gestações de fetos anencéfalos, fortalecendo ainda mais o lado emocional do debate.

Apesar de a linha editorial de *Veja* defender um jornalismo objetivo e isento, sabemos que isso se trata de uma ilusão. Pela análise das SDs, é possível perceber os fios da ideologia na estruturação do dizer. A revista, ao afirmar que é um avanço permitir que mulheres tenham direito de escolha, desde que assistidas por médicos, ou que é louvável dar opção à família de interromper a gravidez quando a medicina não vislumbra vida fora do útero, demonstra que o direito de optar por levar, ou não, a gestação adiante é válido somente quando há razões científicas, como no caso do aborto de anencéfalos. No entanto, ao dizer que o STF extrapolou suas atribuições e se colocou no lugar do Legislativo, a publicação acaba por deslegitimar a decisão, tornando-se contraditória.

Levando em conta que as linhas editoriais refletem uma imagem de si dos veículos e que ideologias e valores se manifestam no discurso jornalístico, percebe-se que a construção dos textos é inevitavelmente marcada pelas condições de produção, incluído nelas o sujeito que diz. Mesmo assim, a política editorial da revista buscou se legitimar por meio do efeito de efetividade do discurso ofertado, com os ideais de neutralidade e de objetividade, bem como pela ilusão de apagamento do jornalista.

Pela análise, foi possível perceber que *Veja* deixa de ser neutra quando humaniza o aborto de anencéfalos e, ao mesmo tempo, repreende o papel do STF. Para a revista, o aborto, nesses casos, não é um avanço nos direitos reprodutivos da mulher, mas um procedimento que não deveria ter sido aprovado pela corte, e sim pelo Congresso Nacional. Já o texto opinativo indica que há, de fato, um intermediário na discussão. Sob esses pontos de vista, a revista fez o caminho reverso durante a cobertura do julgamento.

A cobertura de *CartaCapital* centrou-se no campo religioso. A FD “embate de ideias” junto às marcas de sentido do julgamento mostram um caráter de debate restrito. Quando o veículo publica uma entrevista com o deputado

federal Marco Feliciano – que se posiciona contra o aborto em qualquer circunstância e pede a união entre seus pares da bancada religiosa, colocando os congressistas evangélicos e católicos em posição de “racha” –, reforça o caráter religioso da discussão da descriminalização do aborto, inclusive em casos de anencefalia. Nesse sentido, os campos religioso e político se entrelaçam, sendo que este último não é conduzido de forma ampla, trabalhando, por exemplo, os projetos propostos ao Congresso para a legalização da prática abortiva.

A revista trabalha, ainda, a representatividade feminista por meio do depoimento da presidente das Católicas pelo Direito de Decidir, Maria José Rosado. O veículo apela novamente para o lado religioso, já que a organização é formada por mulheres católicas. Aqui, não se discute os fundamentos do grupo, que se apoia no feminismo para promover mudanças na sociedade, principalmente em padrões culturais e religiosos. No entanto, observa-se que o próprio fator de seleção da fonte influencia na construção do enunciado. Assim, ao dar preferência ao campo religioso, a revista se absteve de utilizar fontes e argumentos plurais, que contribuiriam para fomentar o debate e aguçá-lo o espírito crítico do leitor, como propõe sua linha editorial.

*CartaCapital* busca um jornalismo relacionado ao desenvolvimento do pensamento crítico do público e à verdade factual. O seu texto, portanto, é livre para assumir características que não precisam estar, necessariamente, relacionadas à objetividade. A opinião explícita – que é um recurso editorial –, assim como sua postura de “crítica de mídia”, pode ser considerada um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento do espírito crítico do leitor. A legitimação de seu enunciado se deu por meio do questionamento, análise e desenvolvimento da forma crítica de pensamento.

A revista acredita que, apesar da polêmica acerca do julgamento, a descriminalização do aborto de anencéfalos representa um avanço, minimizando o sofrimento das gestantes que se encontram nessa situação. Durante a cobertura, a revista conseguiu seguir o que propõe, visto que contextualizou o processo, usando dados de 2004 – quando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi levada ao STF; e analisou o modo pelo qual o julgamento se desenvolveu, explicando ao leitor o porquê de a corte não ter assumido o papel de legisladora. Também assumiu sua postura questionadora. Porém, a falta de diversidade de pessoas e campos consultados comprometeu a imagem de si questionadora e de estimuladora da visão crítica.

A partir dos resultados da análise empreendida, ficou claro que a opinião está presente nos textos, mesmo que a intenção do jornalista seja a de praticar um jornalismo informativo e imparcial. Dito isso, as questões que ficam são: (i) de que forma o jornalismo opinativo, atrelado ao jornalismo informativo e interpretativo, pode estar presente em um veículo sem afetar sua credibilidade?; e (ii) de que maneira o mito da objetividade e da imparcialidade pode ser desconstruído, dando espaço a novas formas de tratamento da informação?

Discutir o papel do jornalismo é fundamental para analisarmos como deve ser conduzida a cobertura de temas considerados polêmicos. É necessário discutir as formas pelas quais as informações devem ser abordadas para que o leitor possa conhecer e compreender o que está sendo discutido, principalmente em uma era marcada pela instantaneidade, em que o público tem livre acesso a diversos conteúdos a qualquer instante, e pela interatividade, em que os leitores interagem não só com os veículos, mas também entre si. No caso da legalização do aborto em qualquer situação, por exemplo, o debate tem que ser ampliado e atingir diversos nichos sociais. O jornalismo, portanto, além de informar, contextualizar e retratar diversos lados de uma questão com responsabilidade, deve promover novas discussões e contribuir para a quebra paradigmas e preconceitos.

## Referências

- AMOSSY, R. 2005. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: R. AMOSSY (org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto, p. 9-28.
- BENETTI, M. 2013. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: F.M.B. TAVARES; R. SCHWAAB (orgs.), *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre, Penso, p. 44-57.
- BENETTI, M.; STORCH, L.S. 2011. Jornalismo, convergência e formação do leitor. *MATRIZES*, 4(2):205-215. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i2p205-215>
- BENETTI, M. 2007. O jornalismo como gênero discursivo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, V, Sergipe, 2007. *Anais...* SBPJor, Universidade Federal do Sergipe, p. 1-15.
- BORGES, S.M. 2012. A questão da interrupção da gravidez de feto anencéfalo no STF – uma análise da ADPF 54. *Revista de Direito dos Monitores da Universidade Federal Fluminense*, 5(12). Disponível em: <http://www.rdm.uff.br/index.php/rdm/article/view/119/0>. Acesso em: 01/12/2013.

- BUITONI, D.S. 2013. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: F.M.B. TAVARES; R. SCHWAAB (orgs.), *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre, Penso, p. 107-118.
- CAMARA, A.D.A.; ALVES, P.J.; ARAÚJO, J.E.S.; NATAN-SOHN, L.G. 2009. Jornalismo de Revista: análise comparativa entre os formatos impresso e web nas revistas Boa Forma e TPM. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, XI, Teresina, 2009. *Anais...* Teresina, p. 1-14.
- DINIZ, D; VÉLEZ, A.C.G. 2008. Aborto na suprema corte: o caso da anencefalia no Brasil. *Estudos Feministas*, 16(2):647-652. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200019>
- MAINGUENEAU, D. 2011. O ethos. In: D. MAINGUENEAU, *Análise de textos de comunicação*. 4ª ed., São Paulo, Cortez, p. 95-103.
- MENEZES, A.S. 2011. Denúncia e resistência: o ethos discursivo da Revista Sem Terra. *Cultura Midiática*, 4(6). Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/11678>. Acesso em: 19/12/2013.
- OLIVEIRA, D. 2012. O ethos como estratégia argumentativa nos editoriais da revista Caros Amigos. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 2:39-51. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista2/04daniele.pdf>. Acesso em: 19/12/2013.
- ORLANDI, E. 2006. Análise de Discurso. In: E. ORLANDI; S. LAGAZZI-RODRIGUES (orgs.), *Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade*. Campinas, Pontes, p. 13-31.
- ORLANDI, E. 2012. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed., Campinas, Pontes Editores, 100 p.
- PALACIOS, M. 2003. Jornalismo Online, Informação e Memória: apontamentos para debate. In: A. FIDALGO; P. SERRA (org.), *Jornalismo Online: informação e comunicação online*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, p. 75-90.
- RIBEIRO, D.B.; FOSSÁ, M.I.T. 2011. O discurso jornalístico autorreferencial como estratégia de construção da 'imagem de si'. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 8(2):339-354. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2011v8n2p339>. Acesso em: 11/12/2013.
- ROSSI, J. 2012. Aborto de anencéfalos: a causa correta, no lugar errado. Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/aborto-de-anencefalos-a-causa-correta-no-lugar-errado>. Acesso em: 01/12/2013.
- SANTOS, J. 2009. *Construção de opinião no texto informativo: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 100 p.
- SCALZO, M. 2009. *Jornalismo de Revista*. 3ª ed., São Paulo, Contexto, 112 p.
- SCAVONE, L. 2008. Políticas feministas do aborto. *Estudos Feministas*, 16(2):675-680. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200023>
- SERRANO, P.E. 2012. A decisão do STF sobre anencefalia. *CartaCapital*, 16 abr. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-decisao-do-stf-sobre-anencefalia>. Acesso em: 01/12/2013.
- STF. 2013. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=339091&tipo=TP&descricao=ADPF%2F54>. Acesso em: 01/12/2013.
- TAVARES, F.M.B.; SCHWAAB, R. 2013. Revista e comunicação: percursos, lógicas e conceitos. In: F.M.B. TAVARES; R. SCHWAAB (orgs.), *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre, Penso, p. 27-43.
- TAVARES, F. de M.B. 2013. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: F.M.B. TAVARES; R. SCHWAAB (orgs.), *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre, Penso, p. 76-92.
- VILAS BOAS, S. 1996. *O estilo magazine: o texto em revista*. 4ª ed., São Paulo, Summus, 129 p.

Submetido: 23/07/2014

Aceito: 28/05/2015